

CAPÍTULO 6

A COOPERAÇÃO PORTUGAL-PALOP NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO: UM INSTRUMENTO DE *SOFT POWER* PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA?

Clara Carvalho¹

¹ Para a elaboração deste texto agradeço o apoio constante de António Raimundo e a gentileza do Embaixador Luís Faro Ramos, presidente do Camões I. P. que disponibilizou os dados sobre a atribuição de bolsas por esse instituto no período 2013-2018.

Este artigo aborda as políticas de soft power no relacionamento entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, salientando o papel do apoio aos sistemas de ensino e educação. A relação com os PALOP tem sido uma prioridade portuguesa desde as independências. Para a recriação dos laços com estes países africanos a política de cooperação portuguesa foi essencial, tendo desde o início apostado no apoio às áreas sociais. A proximidade com os PALOP foi reforçada pela criação da CPLP. Focando a cooperação bilateral portuguesa e a CPLP, o artigo argumenta que as políticas de soft power foram essenciais para a recriação do relacionamento de Portugal com os PALOP, tendo permitido reforçar a posição do país no palco internacional.

palavras-chave: Portugal, PALOP, política externa, cooperação bilateral, CPLP, educação

A relação de Portugal com os países africanos tem-se centrado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), através de relações diplomáticas, de cooperação, políticas e económicas. África, e os PALOP em particular, são um importante vetor do imaginário nacional, que se constrói ainda em torno da ideia de uma relação particular com estes países africanos. O discurso político tem alternado entre a evocação de uma comunidade unida por laços de afinidade, e outro sobre as oportunidades económicas desta mesma comunidade. No primeiro caso, encontramos os laivos do discurso lusotropicalista que, desde a década de 1950, justificou primeiro a permanência do projeto colonial, arrastado penosamente até 1974, e depois a recriação de laços políticos e económicos com os novos países independentes. A referência às oportunidades económicas é melhor expressa pela política de “lusofonia económica”, lançada entre 2011 e 2015, que assume as oportunidades criadas pela existência de um complexo mapa de países falantes de português.

A criação de um espaço de relacionamento entre Portugal e os PALOP deve muito à política de relações internacionais portuguesa, primeiro com o processo de descolonização, depois com o estabelecimento de ações de cooperação e, finalmente, com o envolvimento com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde o seu lançamento em 1996. Estes dois espaços de intervenção - a cooperação para o desenvolvimento e a criação de uma plataforma regional dos países de língua portuguesa - assumiram desde o início a sua vocação de instrumentos de soft power. O investimento na cooperação em sectores sociais essenciais, tais como educação e saúde, representaram para Portugal o melhor instrumento no estabelecimento de um novo relacionamento com os PALOP. Neste artigo procuro entender como foram desenvolvidas as políticas de cooperação na área da educação, e qual o seu impacto na criação de laços preferenciais entre Portugal e os PALOP.

A cooperação em educação enquanto instrumento de *soft power*

O papel da educação no desenvolvimento económico e social de um país e na construção dos Estados modernos é unanimemente reconhecido. No entanto, o potencial dos sistemas educativos nacionais como meio de incrementar as relações entre Estados só foi objeto de estudo nas últimas décadas. O pioneiro destes trabalhos foi o politólogo americano Joseph Nye que considerou o sistema educativo de um país um dos seus principais instrumentos de soft power. O conceito de soft power é definido por Nye como “the ability to get what you want through

attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideas and policies" (Nye, 2004, p. x). Segundo esta definição, as relações entre Estados podem ser incrementadas pela capacidade da realidade cultural, política e de valores de um país ser atrativa para outros Estados. A proximidade é construída com base na sedução e na possibilidade de partilha de valores e criações culturais, ou mesmo de ideários e políticas. Trata-se de uma perspetiva que valoriza o relacionamento pela cooperação e pela diplomacia, incluindo a diplomacia cultural, sobre o relacionamento tradicional baseado em interesses de afirmação e de defesa comuns, ou ainda de valorização económica. A aplicação deste conceito à educação foca a capacidade de atração do sistema de ensino, sobretudo o ensino universitário, sobre outros países. Ou seja, um Estado cujo sistema de ensino superior é apelativo para estudantes estrangeiros vê aumentado o seu prestígio no quadro internacional. Nye referia-se especificamente ao caso dos EUA e à atração que as universidades e a cultura americanas exercem sobre os jovens e os cidadãos de outros países. A liderança técnico-científica americana são um elemento central no poder de sedução do seu sistema universitário, sendo este último expresso pela quantidade de alunos estrangeiros que o frequentam.

O ensino superior, além de ser o principal meio de transmissão de um conjunto de conhecimentos e competências, é igualmente um meio de difundir uma particular visão do mundo. Numa perspetiva mais pragmática, podemos dizer que o ensino superior visa criar os futuros profissionais de um determinado estado. Ao atrair estudantes externos que, previsivelmente, regressam ao seu país de origem uma vez terminada a sua formação, esse Estado possui um veículo formidável para expandir os seus valores e o seu prestígio entre os futuros quadros de países terceiros. Como reconhecem Amirbek e Ydyrys (2014):

Successful foreign students who along with the learning the language will gradually become acquainted with the achievements of science and culture of the host country. These students can gain valuable social capital after having studied abroad. Consequently, after coming back with acquired knowledge and personal relations, they are expected to become effective transmitters of the language and culture of the country where they had studied (p. 502).

No seguimento da análise de Joseph Nye, numerosos autores abordaram as políticas educativas como elementos de soft power e de diplomacia cultural (Amirbek & Ydyrys, 2014; Ang, Isar, & Mar, 2015; Clarke, 2016; Griffiths & Cardona 2015; Holden, 2013; King, 2013; Leylavergne & Parra, 2009; Peterson

2014; Rodrigues, 2017). Muitos destes trabalhos focam a concessão de bolsas e o incentivo ao ensino da língua nos países com os quais são estabelecidas relações diplomáticas. Esta estratégia, particularmente importante durante a Guerra Fria ou na relação com os novos países independentes, tem vindo a ser seguida pelos países que procuram consolidar ou alargar a sua presença internacional recorrendo ao prestígio e papel modelar dos seus sistemas de ensino. Para o fazerem, investiram não apenas no sistema de ensino e na sua competência tecnológica, como facilitaram o acesso de estudantes estrangeiros através de programas de bolsas.

Desde logo o Reino Unido e os EUA, que desde há várias décadas conseguem trazer milhares de estudantes para as suas universidades baseando-se na hegemonia do inglês e na sua liderança em numerosos campos científicos. Os estudos mais conhecidos debruçam-se sobre os EUA e a antiga URSS. Os EUA apoiaram-se num ambicioso programa de bolsas, Fullbright, lançado durante a primeira administração Truman em 1946 e ativo até ao presente (Rodrigues, 2017). Por seu turno a URSS empreendeu um programa de bolsas que atraiu milhares de estudantes entre 1956 e 1991, provenientes sobretudo dos países do Sul, os quais recebiam formação tanto universitária como do ensino secundário, em diferentes regiões do país. Em 1960 foi inaugurada a Universidade de Amizade dos Povos, renomeada Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba no ano seguinte, em homenagem ao primeiro-ministro assassinado da República do Congo (Leopoldville), atual República Democrática do Congo. Esta instituição foi criada com o objetivo explícito de receber estudantes dos países apoiados pela URSS, a maioria dos quais provenientes do continente africano (Griffiths & Cardona, 2015, p. 228). Ao longo da sua existência recebeu mais de 700.000 estudantes vindos de África, mas também da América Latina e da Ásia, apoiados por um generoso programa de bolsas. Depois da queda do regime soviético o programa terminou, a universidade passou a ser paga e o número de estudantes estrangeiros diminuiu drasticamente.

Como novos atores neste campo têm sido apontados os casos da China e a Finlândia cujo investimento e sucesso nos sistemas de ensino básico, secundário e universitário têm vindo a ser publicitados graças a testes internacionais, como o PISA, ou rankings universitários (King, 2013; Wojiuk, Michalek & Stormowska, 2015). Outros estudos debruçam-se sobre a Alemanha, a Turquia, a França. A educação é, portanto, um elemento de soft power a três níveis: enquanto veículo de valores atrativos para outras audiências; pelos ativos investidos no sistema educativo pelo governo, que o tornam atrativo em termos comparativos no plano internacional; finalmente, por ser um meio para atingir determinados objetivos

de política externa, como acontece quando o prestígio das instituições de ensino lhes permite ser um veículo da ajuda ao desenvolvimento atraindo estudantes de países recetores (Wojciuk, Michalek & Stormowska, 2015, p. 17). Aqui se incluem não apenas o prestígio do sistema educativo, como a facilidade de acesso ao ensino num determinado país através da concessão de bolsas, o ensino da língua, ou a valorização de todo o sistema educativo, incluindo o ensino básico.

A diplomacia cultural estende-se além da promoção internacional de sistemas educativos: as políticas culturais são veículos eficazes de transmissão de ideias e valores, e são entendidas como um instrumento diplomático crucial. À exportação de ideias, de atividades culturais, de programas de media, da criação de serviços noticiosos, habitualmente associadas às políticas diplomáticas incentivadas pelo Estado, juntam-se as atividades promovidas por ONG, associações e caridades.

Além destes agentes reconhecidos de divulgação de valores e atividades, reconhece-se que os meios de transmissão de ideias são atualmente globalizados e a Internet e redes sociais permitem uma livre circulação de ideias e informações. Esta divulgação alargada e democratizada nem sempre concorre para uma visão mais positiva dos valores éticos e culturais de uma sociedade, como notam Ang, Isar e Mar (2015) a propósito da circulação de elementos mais transgressores da cultura popular americana em Estados do Médio Oriente e do Norte de África. Os autores reforçam esta ideia ao realçar que:

We would argue that it is precisely because the global cultural arena is now inhabited by ever denser flows of ideas, images, perceptions and messages, in which a wide range of people are taking part in ever greater numbers, that the stakes in the struggle to shape ICR [International Cultural Relations] through cultural diplomacy have become so much higher for nation-states, even as success in this field becomes ever more difficult to achieve (p. 372).

As políticas governamentais concentram os seus esforços em canais oficiais tais como os institutos de ensino da língua que atuam como divulgadores culturais (Confucius no caso da China, British Council para o Reino Unido, Institut Français promovido pela França, Goethe Institute apoiado pela Alemanha, Instituto Cervantes suportado pelo Estado espanhol, Instituto Camões para o ensino do português). O seu número tem vindo a aumentar, em parte devido ao reconhecimento da importância dos mercados emergentes na economia global (Amirbek & Ydyrys, 2014, p. 502). O papel destes institutos nas relações internacionais de um país é reconhecido e, como refere Holden num relatório sobre o

British Council, as atividades de diplomacia cultural incrementam o perfil internacional e beneficiam o poder económico (Holden 2013; Ang, Isar & Mar, 2015, p. 372).

Neste artigo procuro demonstrar que o investimento no ensino e na exportação de modelos de ensino, aliado à atractividade do sistema universitário português para os estudantes dos PALOP, foi um dos principais vetores da política externa portuguesa relativamente a estes países africanos. Verificamos que a influência dos sistemas educativos pode ser um instrumento de relacionamento entre Estados tanto pelo seu poder de atração de estudantes estrangeiros como pela exportação de modelos de ensino e outros produtos educativos através de políticas de cooperação. É de realçar que as políticas de diplomacia cultural do Estado português não se resumem à educação, e implicam o investimento em canais dedicados na rádio e televisão estatais (a RDP África e a RTP África), o ensino da língua, as atividades dos centros culturais, as atividades de cooperação e o envolvimento central na CPLP, enquanto organismo regional de influência supranacional.

Os PALOP no contexto da política externa portuguesa

África sempre esteve no cerne da política externa de Portugal, embora as relações deste Estado com os países africanos fossem, durante muito tempo, marcadas pelo passado colonial e as suas consequências, desde logo o processo de descolonização tardio e o peso da guerra colonial/nacionalista que criaram entraves ao estabelecimento de relações de confiança imediatas entre Portugal e os novos países africanos. A política externa portuguesa foi redesenhada depois de 1974, baseada em duas premissas fundadoras, a descolonização e a integração europeia, sendo articulada em torno de três eixos geopolíticos. O primeiro destes vetores, o eixo europeu, subsumido na integração de Portugal na União Europeia em 1986, tem sido prioritário nas relações externas portuguesas e marcou os seus compromissos económicos e políticos. O segundo, o eixo atlântico, representado pela integração do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) em 1949 marcou a política internacional portuguesa, as suas obrigações militares e políticas. O último, que muitos autores apelidam de “eixo lusófono”, abrange o desenho do antigo império colonial, incluindo os países africanos lusófonos (PALOP) e o Brasil, e encontra sua melhor expressão na integração diplomática de Portugal na CPLP em 1996 (Raimundo, 2014; Sá, 2015; Teixeira, 2010).

O posicionamento de Portugal nestes três eixos joga-se também no seu relacionamento com os países africanos e, especialmente, com os PALOP. O arrastar

do domínio colonial, a oposição à livre determinação dos países africanos de administração portuguesa e a guerra colonial, criaram uma crispação inevitável nas relações entre Portugal e os PALOP no período da pós-independência. Tratou-se de uma situação paulatinamente sanada pela colaboração do Estado português com os governos dos novos países, bem como pela proximidade cultural, educacional e linguística entre os membros dos novos governos nacionais e alguns elementos do Estado português. A escolha do português como língua oficial dos novos Estados independentes foi um dos principais elementos que viria a justificar as ações de aproximação e colaboração futuras. Tratou-se de uma escolha política, de afirmação de identidades nacionais no contexto regional, de reconhecimento de uma unidade supra-regional entre os cinco PALOP, mas não correspondia à realidade linguística dos novos países independentes onde a maioria da população não dominava esta língua. Esta escolha linguística justificou-se, desde logo, pelo carácter dos movimentos nacionalistas que receberam o poder em 1974 e 1975, definidos como “movimentos modernos” (Chabal, 1992) que partilhavam a visão da construção de um Estado nacional que se sobrepujasse às diferenças étnicas, com líderes que tinham passado pelo ensino superior em Portugal. A necessidade de afirmar a identidade nacional num contexto dominado por outra língua, fosse o francês no âmbito regional da Guiné-Bissau ou o inglês no caso de Moçambique, contribuiu para esta opção. Finalmente, os líderes dos movimentos nacionalistas possuíam entre si afinidades e uma história comum construídas em torno do mesmo objetivo, a luta contra o colonialismo português.

A opção pelo português como idioma oficial foi consagrada sem contestação aparente no momento das independências, apesar de ser uma língua conhecida por um segmento significativo da população apenas nos casos de Angola e de Cabo Verde. Posteriormente, esta escolha veio a ser contestada nos meios intelectuais por ter servido de justificação para o lançamento de políticas ditas de “lusofonia” que tendem a ignorar a complexidade histórica do relacionamento entre estes países. Contudo, em termos políticos e diplomáticos, a adoção da língua portuguesa foi uma das bases da construção de relacionamentos futuros.

Para Portugal foi necessário redesenhar os contornos da interação com os países africanos após a descolonização. Este relacionamento foi construído nas duas décadas seguintes em torno de três eixos: a importância da ligação com África para a afirmação geo-estratégica do país; o investimento em políticas de reconstrução nacional e de diplomacia cultural, através das ações de cooperação e do ensino da língua; e o incentivo à criação de um organismo supranacional, a CPLP. Sendo um país pequeno, mas pertencendo ao mercado mundial mais forte, Portugal teve que se envolver em estratégias de soft power, expressas tanto

pelas políticas de cooperação quanto pelo envolvimento na criação e atuação de uma nova organização regional.

A adesão de Portugal à União Europeia abriu um novo fórum para as aspirações do país a desempenhar um papel na arena internacional, sendo considerado um “facilitador” nas relações Europa-África. Em diversas ocasiões, a diplomacia portuguesa promoveu esta conexão que conheceu o seu apogeu na organização de duas cimeiras Europa-África durante a presidência portuguesa da UE, respetivamente em 2000 (Cairo) e 2007 (Lisboa) (Vines, 2012). O principal investimento de Portugal em África é devedor da estabilização da economia portuguesa nas décadas de 1980 e 1990, que permitiu ao país integrar o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) em 1991 (Raimundo, 2014). A partir desta data, as relações com a África foram guiadas por interesses económicos e políticos, bem como pelas políticas de cooperação e desenvolvimento. A política de cooperação portuguesa focou-se, desde os seus primórdios, nos PALOP e, depois, em Timor Leste. Em termos de interesses, investiu na promoção da língua portuguesa, enquanto instrumento-chave para a política externa portuguesa, e na promoção do seu papel de interlocutor em redes temáticas internacionais (Faria, 2012).

Num estudo sobre a cooperação portuguesa, Patrícia Ferreira, Fernanda Faria e Fernando Jorge Cardoso (2016, pp. 41-42) dividem a sua história até 2015 em quatro fases, a que se pode acrescentar uma quinta correspondendo ao atual redirecionamento dos fundos atribuídos à cooperação. A primeira fase, de 1976 a 1990, representa o período inicial, marcado pelo interesse do governo português em estabelecer uma relação de cooperação com as antigas colónias portuguesas em África, que só veio a ser esboçada com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986. A segunda fase, de 1991 a 2002, é caracterizada pela entrada do país no CAD-OCDE como doador, e pela concepção de uma política de cooperação portuguesa expressa na criação de um Fundo de Cooperação Económica (1994), bem como pelo estabelecimento da primeira Agência Portuguesa de Assistência ao Desenvolvimento (1999), e do primeiro documento de orientação estratégica de cooperação (“A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, 1999). A terceira fase, de 2003 a 2011, representa a consolidação da cooperação portuguesa expressa na concepção do documento “Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa” (2005), pela consolidação da agência de cooperação (IPAD) e ainda pela definição de critérios e indicadores seguindo os parâmetros da ODCE, para uma ajuda efetiva e de acordo com as prioridades definidas pelos Objetivos do Milénio. A quarta fase, de 2012 até 2015, representa um período de recessão e diminuição do investimento em cooperação e ajuda ao desenvolvimento, devido à implementação de um programa de ajustamento estru-

tural em Portugal, causando grandes cortes financeiros. Em 2014 foi lançado o atual documento orientador para o sector, “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020” que reforça e alarga as opções definidas anteriormente e introduz o sector privado como área prioritária. Desde 2015 tem-se assistido ao redesenhar da política de cooperação, marcada pelo apoio direto a atividades articuladas com o sector económico, nomeadamente através da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito (SOFID), e abrangendo um novo foco estratégico, a América Latina.

Atualmente, os principais eixos da cooperação portuguesa são a cooperação para o desenvolvimento, a educação e sensibilização para o desenvolvimento, e a ajuda humanitária de emergência.² Os acordos de cooperação baseiam-se em acordos bilaterais com os países beneficiários. O montante global não é atribuído de forma equitativa, sendo que Cabo Verde e Moçambique representaram, entre 2010 e 2014, mais de 60 por cento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral portuguesa e foram os principais beneficiários da cooperação (Ferreira, Faria e Cardoso 2016, p. 44).

Nos últimos anos, a escassez financeira e uma nova política de ajuda ao desenvolvimento levaram à integração em diferentes parcerias com outros doadores, expressa nos projetos delegados de cooperação, aproveitando uma longa experiência e as semelhanças linguísticas e institucionais entre os países lusófonos. Os projetos de cooperação tendem a ser mais participados, integrados e a reunir diferentes parcerias, seguindo a orientação geral da cooperação europeia. Desde 2015 tem-se assistido ao retomar do financiamento da APD, aumentando o volume de negócios na cooperação internacional que segue as principais direções dentro da OCDE e da comunidade internacional. Esta orientação levou ao retraimento do apoio direto de ajuda para aumentar o investimento no desenvolvimento estrangeiro, principalmente para financiar projetos de infraestruturas, ações de segurança alimentar e recursos básicos, bem como o apoio a áreas consideradas prioritárias como saúde e educação. Note-se que as fontes de financiamento são cada vez mais complexas nos países em desenvolvimento, incluindo os que integram os PALOP, e envolvem remessas de emigrantes (que superaram amplamente a APD na maioria dos países africanos), investimentos internacionais (representando mais de 40 por cento de todo o financiamento externo) e recursos internos.

² Estes programas são desenvolvidos através dos seguintes eixos de intervenção: “governança, Estado de direito e direitos humanos; e desenvolvimento humano e bens públicos globais. Estes eixos materializam-se em oito prioridades sectoriais: i) capacitação institucional; ii) segurança e desenvolvimento; iii) educação e ciência; iv) saúde; v) ambiente, crescimento verde e energia; vi) desenvolvimento rural e o mar; vii) proteção social e inclusão social; viii) o sector privado. Ver: <http://www.instituto-camoes.pt>

As políticas portuguesas de cooperação e ajuda, centradas nos países africanos lusófonos e em Timor Leste, permitiram que o país, caracterizado por ser um pequeno doador, tivesse maior impacto nos países beneficiários. Os diferentes programas de cooperação também favoreceram uma abordagem sectorial de relevo em áreas como educação, saúde, justiça, segurança e defesa, e finanças. Estes programas implicam uma multiplicidade de atores, como ministérios e instituições públicas, ONG, parlamento, tribunais, municípios, universidades, representantes de igrejas, fundações, e associações de migrantes (Ferreira, Faria e Cardoso 2016, p. 42).

A cooperação no sector da educação a nível bilateral

A cooperação portuguesa tem seguido os documentos orientadores para o e as indicações do CAD no seguimento das avaliações realizadas. Os sectores sociais foram valorizados desde o lançamento da cooperação portuguesa, sendo a educação o principal recetor dos fundos de cooperação em termos absolutos e a área privilegiada no financiamento da ajuda bilateral portuguesa. Os dados analisados por Raquel Faria (2012, p. 10) para o período de 1998-2011 mostram que a APD bilateral superou a APD multilateral, tendo o financiamento sido prioritariamente dirigido para o sector de infraestruturas e serviços sociais, incluindo o sector educativo, o governo e a sociedade civil. Durante este período o sector educativo canalizou 39 por cento da APD bilateral e 38 por cento da cooperação técnica.

As prioridades do sector educativo definidas no documento “Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação” (2012) são seis: i) expansão do acesso à educação (em particular ao ensino básico); ii) melhoria da qualidade da educação e dos sistemas de ensino; iii) reforço e consolidação da língua portuguesa; iv) apoio à formação e qualificação de quadros docentes; v) reforço institucional e melhoria da gestão escolar; vi) desenvolvimento das TIC e reforço dos apoios didáticos e pedagógicos. Estas prioridades têm orientado a maioria das ações de cooperação, tanto as diretamente realizadas pela cooperação portuguesa como as implementadas pelas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). Note-se que o sector educativo é diversificado e abrange o financiamento de projetos específicos, tais como construção de escolas, bibliotecas e mediatecas; reabilitação de edifícios essenciais no domínio do ensino e da educação; fornecimento de materiais e equipamentos escolares; bolsas de estudo; protocolos entre universidades; ações de formação; conferências e seminários. No período seguinte (2011-2015) esta tendência continuou, e o sector de Infraestruturas e Serviços Sociais, que inclui as

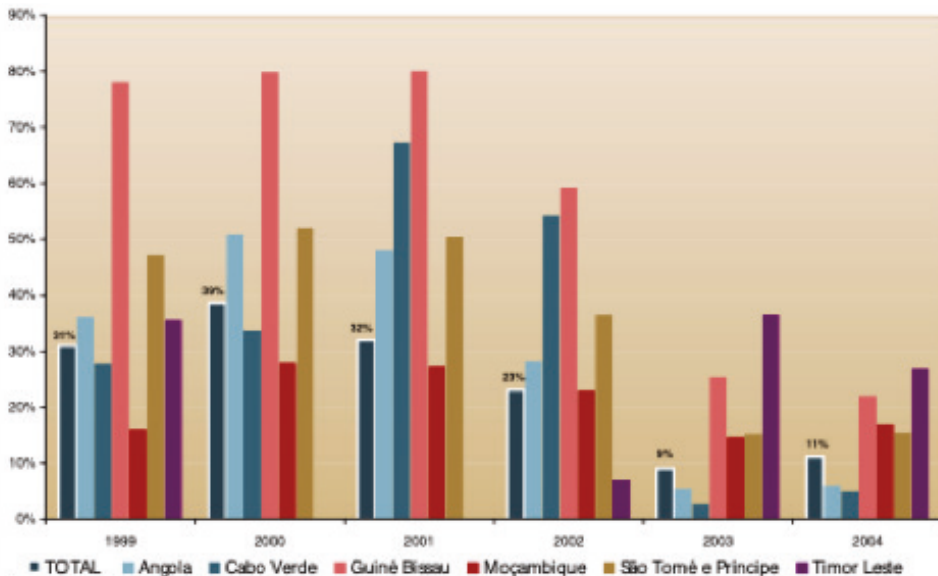
ações nas áreas de educação e de saúde, foi o principal recetor da APD, recebendo 42 por cento do financiamento total.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Camões IP para o período entre 2012 e 2015, mantém-se o peso relativo das despesas com programas de educação na ordem de, pelo menos, 24 por cento de todo o orçamento disponível, distribuídos de acordo com os Programas Indicativos da Cooperação (PIC) assinados com cada país beneficiário. De entre os projetos e programas financiados, destacam-se aqui as ações de formação na área do ensino básico. Nos programas em curso ou recentemente terminados, realço o papel do Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau (2012-2016), que privilegiou a formação de professores do ensino básico e secundário, apoio na formação de educadores de infância e assistência técnica em Formação e Gestão Escolar; o projeto Escola Mais em São Tomé e Príncipe (2009-2016), que abrange a formação dos professores do ensino básico e secundário, e ainda de apoio à capacitação dos serviços do Ministério da Educação. Em Angola a cooperação portuguesa inclui o Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário (PARES) que promove a formação de professores do ensino secundário e a capacitação de formadores nacionais; o apoio à Universidade Agostinho Neto no reforço das competências em língua portuguesa e ciências básicas no ano zero desta universidade, bem como nas áreas designadas por STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics): Engenharia, Medicina, Agronomia e Veterinária. Em Moçambique é de realçar o projeto de apoio ao Ensino Técnico-Profissional que, com a colaboração de outros atores, permitiu chegar a 48 escolas profissionais envolvendo 60.000 alunos. Em Cabo-Verde o projeto Consolidação do Sistema Educativo, em parceria com o Ministério da Educação de Cabo Verde e o seu homólogo português, dá assistência técnica junto da Direção Nacional de Educação de Cabo Verde para a implementação, coordenação e supervisão do processo de revisão e desenvolvimento curricular de todos os níveis de ensino pré-universitário, e ainda no apoio à formação de professores.

Um outro vetor da cooperação portuguesa respeita ao ensino universitário. Além de apoiar projetos específicos e protocolos entre universidades, o antigo IPAD promoveu a criação da Faculdade de Direito de Bissau (1991), ao abrigo de um protocolo com a Faculdade de Direito de Lisboa; a cooperação entre a Faculdade de Direito de Lisboa com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique, que data de 1996; em Angola destaca-se o projeto de cooperação entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e a Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, iniciado em 2005, e em Cabo Verde o projeto de cooperação entre a Faculdade de Agronomia e o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

O programa mais conhecido de apoio ao ensino superior promovido pela cooperação portuguesa é, porventura, o de atribuição de bolsas de estudo que permitiram a alunos dos PALOP e de Timor-Leste estudarem em universidades portuguesas. Estes apoios distribuem-se em bolsas internas, que possibilitam aos estudantes dos PALOP frequentarem instituições do seu próprio país, e bolsas externas, visando o acesso a cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em Portugal. Trata-se de um dos primeiros programas da cooperação portuguesa, em curso desde 1995, que foi reformulado em 2003 no sentido de privilegiar os alunos do ensino pós-graduado e os elementos dos organismos estatais que pudessem beneficiar da sua formação nas suas atividades profissionais, e ainda com vista a reduzir o risco de brain drain, a saída dos profissionais qualificados do país. Como se nota na Figura 1, esta atividade foi extremamente relevante no período inicial da cooperação portuguesa depois da adesão ao CAD.

Figura 1 – Peso das bolsas do IPAD na APD bilateral destinada à educação, por país



Nota: não inclui as bolsas no âmbito da cooperação técnico-militar, que não são, de acordo com os critérios internacionalmente aceites, contabilizadas para efeitos de APD.

Fonte: IPAD/Augusto Mateus & Associados, 2006, p. 14.

O peso relativo da atribuição de bolsas no contexto dos programas de cooperação tem vindo a decair paulatinamente, tendência que se faz notar desde o início da década de 2000. Num estudo sobre os bolseiros dos PALOP em Portugal, Ana Bénard da Costa (2012) nota que o número de bolsas para licenciatura foi diminuindo ao

longo da década de 2000, em benefício das bolsas para ensino pós-graduado. No entanto, o montante atribuído manifestou uma ligeira subida, de 3.635 para 3.864 milhões de euros entre 2005 e 2009. Para esta década, a maioria das bolsas foram atribuídas a estudantes provenientes de Cabo Verde (302), seguindo-se Moçambique (300), Angola (255), Guiné-Bissau (216) e São Tomé e Príncipe (215). Contudo, este programa tem vindo a decrescer em razão do apoio direto às instituições de ensino universitário nestes países (Bénard da Costa, 2012, p. 173; OCDE). Ana Bénard da Costa refere que o número de bolseiros do IPAD é apenas uma fração do total de estudantes destes países em instituições portuguesas. Por exemplo, para o ano de 2007/2008 existiam em Portugal 4.648 estudantes provenientes de Angola; 3.844 provenientes de Cabo Verde; 983 vindos de Moçambique; 644 estudantes de São Tomé e Príncipe e apenas 318 estudantes da Guiné-Bissau. Estes números sobressaem tanto mais quanto não têm relação direta com a dimensão dos respetivos países, mas com a capacidade económica das suas elites, o seu acesso ao ensino superior e a relação de proximidade com Portugal por comparação com outros países, como a África do Sul (no caso de Moçambique). É de realçar que nem todas as bolsas para estudantes dos PALOP resultam diretamente da cooperação portuguesa. O Estado português apoia igualmente as bolsas no âmbito do Ensino Técnico-Militar, as bolsas para o Ensino Jurídico, e as bolsas de Língua e Cultura Portuguesas, também geridas pelo Camões IP e distintas das bolsas de cooperação. Esta diversidade é indicada na Tabela 1, relativa às bolsas atribuídas pela cooperação portuguesa.

Tabela 1 – Bolsas atribuídas pela cooperação portuguesa em 2008

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Internas	Militares	Total
Angola	18	20	7	40	32	117
Cabo-Verde	27	34	13	20	28	122
Guiné-Bissau	32	15	6	60	29	142
Moçambique	30	34	5	40	77	186
São Tomé	32	20	6	60	22	140
Timor	4	19				23
Total	143	142	37	220	188	730

Fonte: Correia, 2011, p. 20.

Note-se que esta tendência continuou na década seguinte. Os dados relativos às bolsas atribuídas no período 2013-2018 (ver Tabela 2) mostram um retomar do interesse por este programa entre 2016 e 2018. Os dados disponibilizados pelo Camões

I. P., distinguem as bolsas académicas (licenciatura, mestrado e doutoramento, e ainda as bolsas no país) dos apoios militares, policiais e judiciais. Embora Angola nunca requeira bolsas internas, para os restantes países estes são os apoios mais representativos. Seguem-se os apoios a forças de segurança (militares e policiais) no caso de Angola e Cabo Verde. As bolsas académicas têm vindo a crescer, com particular incidência nas bolsas para licenciatura. Em termos de financiamento, Moçambique continua a ser o país mais apoiado em termos absolutos, seguido por São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Tabela 2 – Bolsas atribuídas pela cooperação portuguesa, 2013-2018

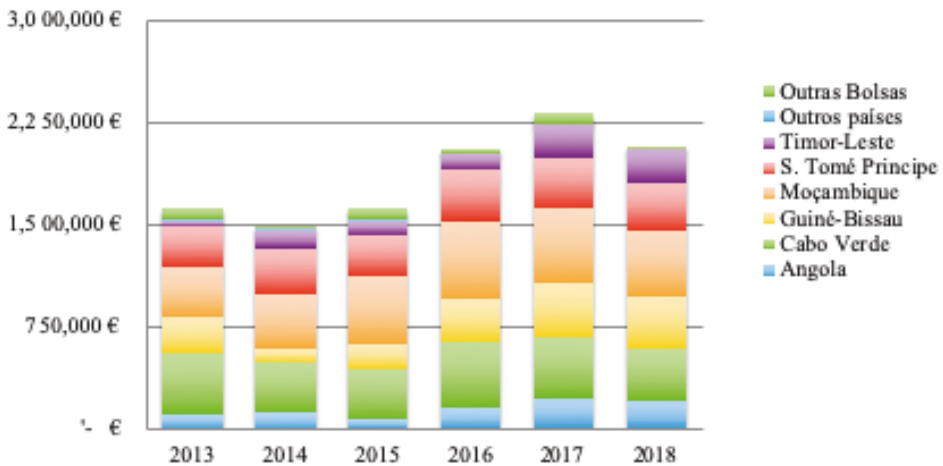
País	Tipo Bolsa	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Angola	Licenciatura	0	1	1	17	18	12
	Mestrado	3	1	6	7	6	3
	Doutoramento	1	1	1	1	2	2
	Policial	0	0	0	0	0	0
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	35	31	7	0	6	29
	Internas	0	0	0	0	0	0
	Total	39	34	15	25	32	46
Cabo Verde	Licenciatura	5	3	0	10	11	14
	Mestrado	22	12	21	17	16	6
	Doutoramento	9	6	11	12	9	8
	Policial	5	5	6	11	17	18
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	15	17	12	10	17	12
	Internas	35	38	40	36	44	44
	Total	91	81	90	96	114	102
Guiné-Bissau	Licenciatura	9	4	7	14	13	11
	Mestrado	6	2	11	13	7	6
	Doutoramento	1	3	7	7	7	8
	Policial	2	2	4	6	8	7
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	2	2	6	7	8	5
	Internas	16	11	60	60	60	60
	Total	36	24	95	107	103	97

Tabela 2 – Bolsas atribuídas pela cooperação portuguesa, 2013-2018 (cont.)

País	Tipo Bolsa	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Moçambique	Licenciatura	2	9	16	32	30	28
	Mestrado	15	19	22	14	10	4
	Doutoramento	8	8	12	15	11	11
	Policial	0	0	0	0	0	0
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	9	16	9	8	6	8
	Internas	23	29	28	35	34	33
	Total	57	81	87	104	91	84
São Tomé e Príncipe	Licenciatura	16	11	12	18	18	16
	Mestrado	13	7	15	12	7	5
	Doutoramento	3	3	6	6	6	6
	Policial	10	9	9	8	9	8
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	6	6	8	7	7	4
	Internas	60	44	60	45	45	41
	Total	108	80	110	96	92	80
Timor Leste	Licenciatura	0	0	0	9	12	11
	Mestrado	8	8	3	11	11	11
	Doutoramento	3	2	1	3	3	2
	Policial	0	0	0	0	0	0
	Judicial	0	0	0	0	0	0
	Militar	0	1	1	0	4	4
	Internas	0	36	39	40	40	40
	Total	11	47	44	63	70	68
TOTAL Bolsas Países		342	347	441	491	502	477

Fonte: Camões I.P.

Figura 2 – Evolução das verbas despendidas em bolsas da cooperação, 2013-2018



Fonte: Camões I.P.

Verificamos que desde o seu início a APD portuguesa tem valorizado os sectores sociais e, em particular, a educação (Correia, 2011; Ferreira, 2012). Trata-se de uma intervenção que se desdobra em diferentes programas, desde logo o apoio ao ensino básico e depois secundário, através da formação de professores e das intervenções direcionadas para o apoio técnico aos organismos ministeriais ou ainda à administração escolar. Esta vertente é complementada pelas intervenções de diferentes organismos, nomeadamente ONG, igrejas e universidades que concorrem no mesmo sentido. Os acordos entre universidades procuram colmatar áreas de ensino consideradas prioritárias, como as Escolas Superiores de Educação, as disciplinas STEM, ou ainda as ciências jurídicas. Estes programas são complementados pela atribuição de bolsas a estudantes dos PALOP, quer ao nível interno, quer para frequentarem estabelecimentos de ensino em Portugal. No entanto, este programa tem diminuído significativamente nos últimos anos a favor das intervenções diretas nos países de origem.

Numa outra vertente, da promoção da língua portuguesa, o Camões I.P. investe no ensino, tanto em termos individuais como ao nível das universidades, formação de professores ou capacitação de quadros técnicos do Estado em diferentes países, incluindo aqueles em que está presente como parceiro da cooperação. Nestes últimos procura-se uma coordenação das atividades de ensino da língua com os projetos de cooperação, que nem sempre é conseguida. Tanto mais que estes programas só passaram a ser coordenados por um mesmo organismo desde a junção do antigo IPAD e do Instituto Camões em 2012. A política de pro-

moção da língua portuguesa e de capacitação de profissionais no ensino tem sido a mais investida da cooperação portuguesa nos PALOP. Trata-se de um trabalho de proximidade e de longo termo, que implica um notável conhecimento e envolvimento nos projetos de cooperação. Mas é, em simultâneo, um conjunto de intervenções que capacitam os países parceiros na sua opção estratégica de manterem o português como língua oficial, e que fortalecem a posição de Portugal no campo das relações internacionais. Com efeito, ao promover o português, bem como a cooperação universitária, nomeadamente no campo jurídico, a política de cooperação portuguesa está a manter a sua posição preferencial junto dos diferentes PALOP, bem como dos países que pretendem expandir as suas redes comerciais para África. A partilha de uma mesma matriz jurídica facilita igualmente as futuras parcerias, tanto económicas como políticas. O investimento do ensino superior permite capacitar os potenciais quadros dos países beneficiários da ajuda e investir num desenvolvimento de longo termo. O estabelecimento de relações de confiança com as futuras elites nacionais representa igualmente um capital social importante na manutenção dos laços estratégicos com tais Estados.

O papel da CPLP como instrumento de *soft power*

O envolvimento na criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa constituiu o elemento mais visível da nova política de aproximação e relacionamento de Portugal com os PALOP. À data da sua criação, em 1996, a CPLP incluía Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a que mais tarde se vieram juntar Timor-Leste (2002) e Guiné Equatorial (2014). A criação da CPLP representou um projeto de longo prazo tanto para o Brasil como para Portugal. Tal projecto enfrentou vários constrangimentos, sendo o principal as objeções aparentes do governo angolano.

As relações angolano-portuguesas têm sido marcadas por interesses políticos e económicos, misturados com o sentimento de um mal-estar latente, ainda decorrente da relação ultrapassada entre colonizador e colonizado. Por um longo período após a independência de Angola, os partidos socialista e comunista portugueses concorreram na sua capacidade de diálogo com o governo angolano. O apoio público dado à UNITA por alguns sectores da sociedade portuguesa, em particular ligadas ao Partido Socialista, foi encarado com suspeita pelo governo do MPLA (Oliveira, 2005; Vines, 2012). As visitas de Estado foram escassas até à década de 1990, altura em que o governo social-democrata português assumiu a liderança ao negociar o acordo de paz de Bicesse. Muito embora este acordo tenha sido de imediato cancelado pelos líderes da UNITA após as eleições de 1992

que deram uma clara vitória ao MPLA. A desconfiança face às famílias políticas portuguesas perdurou, e o acordo da CPLP só foi assinado em 1996 depois de Mário Soares terminar o seu mandato e abandonar a presidência portuguesa.

A CPLP foi inspirada em organizações regionais que a precederam, como a Commonwealth, fundada em 1926, e a Organização Internacional da Francofonia (OIF), fundada em 1970. No entanto, existem profundas diferenças entre as três organizações, desde logo o contexto histórico em que se desenvolveram, e a capacidade económica e o peso nas relações internacionais dos países que representam os antigos colonizadores. Desde o início, a CPLP foi concebida como uma organização baseada na paridade, onde cada membro tinha as mesmas prerrogativas. Reconhece-se facilmente que os principais atores da CPLP são o Brasil, Portugal e Angola, embora com pesos e interesses diferentes entre si. Durante quase duas décadas, a CPLP, que tem sede em Lisboa e uma direção que circula entre os seus membros (com exceção de Portugal), constituiu-se como um fórum diplomático. A sua relevância foi principalmente sentida em Portugal, uma vez que incorporou as aspirações do país em re-centrar o seu eixo económico e diplomático e ter uma voz mais proeminente na UE em relação aos países do Sul. A política externa portuguesa no grupo de países de língua portuguesa prevê o desenvolvimento de um triângulo estratégico entre Portugal, Angola e Brasil, que permite o cruzamento de três continentes e dois lados do Atlântico, e entre vários países e a União Europeia, com Portugal como parceiro. Por estes diferentes motivos, a CPLP foi, desde o início, um gesto estratégico por parte da diplomacia portuguesa.

As principais atividades da CPLP centraram-se inicialmente na diplomacia económica e na diplomacia cultural. Sendo um organismo com um financiamento limitado, o impacto da sua atividade pode ser medido sobretudo pelo espaço de proximidade criado, e pelo incentivo à criação de parâmetros comuns que permitam o desenvolvimento de atividades significativas para todos os parceiros. A educação, bem como as manifestações culturais, são elementos essenciais para a criação desta comunidade de valores, e a CPLP incentiva o desenvolvimento de grupos de estudo animados por pontos focais, de redes de instituições, como a Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (RIPES), de concursos entre os parceiros como as Olimpíadas da Matemática destinada a alunos do secundário, apoio à alfabetização e ao ensino técnico, de atividades de divulgação cultural ligadas ao projeto da lusofonia, como festivais de poesia. O principal acordo, no campo da educação, respeita à cooperação entre as instituições de ensino superior dos Estados membros. Mas apesar de ter sido assinado em 1998, as suas ações têm sido limitadas. A instituição pretende promover a afirmação do

espaço linguístico como espaço de interação e de colaboração. As ações da CPLP investem na advocacy e no diálogo mais do que no impacto imediato que caracteriza os projetos de cooperação analisados anteriormente. No entanto, começa a ser realizado um esforço no sentido da efetivação de ações comuns no âmbito da educação e ciência, de que são exemplo a criação de reuniões de grupos focais na educação. Este investimento é devedor do aumento da influência da CPLP, tanto no quadro dos seus países membros, como junto de outros parceiros e organizações internacionais. A ascendência da CPLP ficou a dever-se ao incrementar do peso económico das relações comerciais realizadas entre os países membros.

No início da sua atividade, várias foram as vozes de analistas que consideraram as dificuldades internas da organização, os compromissos regionais dos seus membros, nomeadamente os que Portugal assume com a União Europeia, e o seu sub-financiamento, fatores que invalidavam a sua projeção (Ennes Ferreira & Almas, 1996). Contudo, na última década, a CPLP tornou-se o quadro perfeito para o lançamento de uma política económica mais pró-activa. O governo português participou em diferentes ações com o objetivo de promover o investimento externo e as parcerias na CPLP, sobretudo com os países africanos. Para entender esse relacionamento é útil analisar os dados sobre as trocas económicas entre os países que integram este organismo. Os países da CPLP estão integrados em sete áreas económicas regionais distribuídas em quatro continentes (Figura 3).

Figura 3 – Mercados económicos regionais e relacionamento entre os países da CPLP



Fonte: AIP, 2014

Estima-se que o mundo de língua portuguesa tem cerca de 258 milhões de habitantes e integra diferentes regiões económicas que compõem cerca de 1,8 mil milhões de pessoas. No que se refere aos acordos de comércio dentro da CPLP, eles também contribuem para a entrada em outras organizações regionais. Olhando apenas para o continente africano, verificamos que os membros da CPLP integram as seguintes organizações: CEDEAO/ECOWAS (Guiné-Bissau e Cabo Verde), CEEAC (Angola e São Tomé e Príncipe) e SADC (Angola e Moçambique). O valor económico total da CPLP em 2012 foi de cerca de 3,7 por cento do mundo (AIP – Associação Industrial Portuguesa, 2014). É de realçar que a CPLP é uma comunidade com desequilíbrios estruturais profundos. São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Cabo Verde e Guiné-Bissau, representaram em 2012 apenas 1,37 por cento da população da comunidade e 0,17 por cento do PIB. Também em 2012, Moçambique, apesar de representar apenas 0,56 por cento do PIB comunitário, realizou quase 10 por cento da população da comunidade, apenas ultrapassado pelo Brasil, que representou então 76,6 por cento da população total da CPLP (AIP - Associação Industrial Portuguesa, 2014). Em termos de trocas comerciais, Portugal é o país que se destaca como tendo mais exportações dentro da CPLP, seguido de Angola devido ao peso das exportações de petróleo.

O peso comercial dos membros da CPLP inspirou o governo de Passos Coelho (2011-15) a liderar uma política de “Economia Lusófona”, traduzida pela promoção do investimento no quadro de países da CPLP. Esta política destinava-se a alavancar a economia portuguesa, durante o período de ajustamento estrutural, a investir em mercados alternativos à UE, que representa o principal destino de importações e exportações portuguesas. Por outro lado, pretendeu-se reconhecer o papel de Portugal como mediador entre a UE e outras organizações regionais como o Mercosul, a SADC, a CEEAC e a CEDEAO. Tais investimentos foram devidamente justificados pelo aumento do comércio entre Portugal e outros membros da CPLP durante o período imediatamente anterior. Em 2008 a CPLP forneceu 2,77 por cento do valor total dos produtos importados por Portugal, um valor que aumentou para 5,55 por cento em 2012. Estes dados são significativos sobre o peso económico que a CPLP representa e a sua importância para os países envolvidos.³

Verificamos que a importância tanto estratégica como comercial da CPLP é o melhor indicador do sucesso da sua atividade diplomática. A organização tem procurado apoiar a atividade económica através de reuniões especializadas e da disponibilização de informação sobre propriedade industrial, sistemas de proteção social e legislação. A promoção de acordos relativos à alfabetização, ao

³ Esta temática foi desenvolvida em Carvalho (2018).

ensino superior e ciência, e recentemente ao ensino técnico-profissional, embora ainda mais intencionais do que relativos a ações concretas, são uma expressão da importância crescente desta plataforma regional.

Reflexões finais

A política externa portuguesa para África tem seguido estratégias de soft power e investido em dois mecanismos de atuação: as relações de cooperação e a promoção da CPLP, enquanto espaço diplomático mas também de trocas comerciais. Ambas as ações – cooperação bilateral e organismo regional – evocam a partilha de uma língua comum como justificativo da criação de uma comunidade de interesses e valores. Como vimos, a criação deste espaço de língua portuguesa não era inquestionável, uma vez que a maioria da população dos atuais PALOP não dominava este idioma aquando da independência. A adoção do português como língua oficial resultou de uma escolha política dos países independentes, tendo sido motivada por razões de cariz histórico ou de reforço da identidade nacional num quadro regional de países anglófonos (Moçambique) ou francófonos (Guiné-Bissau). Note-se que a escolha de uma língua internacional ligada ao processo de colonização tem sido posta em causa nos meios intelectuais, mas nunca foi contestada pelas entidades governamentais dos PALOP que se sucederam desde a data das independências.

A cooperação portuguesa consolidou-se como o principal veículo de interação entre Portugal e os novos países independentes, tendo as ações de reforço do sistema educativo ocupado um papel central no seu quadro. Portugal sempre afirmou a sua posição única para promover o sistema educativo de países onde se ensina em português e investiu em ações de formação e apoio a este sistema. Embora fossem privilegiados os sistemas de ensino básico e secundário (e, nos últimos anos, o pré-escolar), é de realçar o apoio ao ensino superior, principalmente na área jurídica ou outras consideradas prioritárias. Um dos elementos mais relevantes é a política de atribuição de bolsas para o ensino superior. Note-se que as atividades de apoio ao ensino superior, incluindo a política de atribuição de bolsas, não se enquadram diretamente nas ações de combate à pobreza que ditam a cooperação dos países membros da OCDE. Contudo, estas ações afirmaram-se como um fator crucial na criação e aprofundamento da capacidade de atração e de influência portuguesas. Os laços estabelecidos com as futuras elites e quadros dos países apoiados são essenciais para a manutenção de uma relação de colaboração e cooperação entre os PALOP e Portugal. No seguimento da definição de soft power de Joseph Nye, verificamos que o apoio ao sistema

educativo e a política de bolsas têm contribuído para o aprofundamento das relações entre estes países.

A escolha do português criou uma janela de oportunidades para a política externa portuguesa (tal como a brasileira) poder investir na formação de uma plataforma regional que incorporasse os novos países lusófonos. Tendo sido criada volvidas duas décadas sobre as independências e o fim das guerras nacionalistas, num contexto de paz em quase todos os países envolvidos, a CPLP representou a principal iniciativa diplomática que aproximou, com carácter de igualdade, todos os seus membros. Embora a CPLP seja uma organização primordialmente subfinanciada e, conseqüentemente, com dificuldade de implementação de uma agenda própria, tem conseguido criar um espaço de diálogo no quadro do qual se estabeleceram relações comerciais que ganharam relevo nesta década. O espaço da CPLP é também desejado por outros países com pretensões a entrarem no mercado africano subsaariano, numa clara demonstração do interesse que a organização tem no contexto global.

A relação privilegiada que Portugal mantém com os PALOP reforçou o papel desempenhado pelo país noutros palcos internacionais como a União Europeia e a NATO, ou ainda o seu lugar nas Nações Unidas, onde por exemplo contou com o voto africano para ser eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-2012, e eleger António Guterres como Secretário Geral em 2017. O lugar e desempenho diplomáticos que Portugal tem representado ultrapassam a dimensão do país, e são devedores da estratégia de aproximação aos PALOP e do investimento em sectores cruciais para manutenção desta comunidade através do ensino. Língua, educação, relações comerciais, relações diplomáticas, todos estes elementos concorrem entre si para desenhar um espaço de influência e de afirmação que foi construído sobre os despojos de um império fraco, tardio e contestado, ultrapassando as suas divisões internas. Ao longo deste longo percurso de mais de quatro décadas, o investimento da política externa portuguesa na promoção da língua, no apoio ao sistema educativo e à educação em geral foram cruciais para o estabelecimento de relações de confiança e cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Referências bibliográficas

- AIP – Associação Industrial Portuguesa (2014). PORTUGAL – Mercados económicos regionais e o relacionamento entre os países da CPLP. Lisboa: AIP.
- Amirbek, A. & Ydyrys, K. (2014). Education as a Soft Power Instrument of Foreign Policy. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 143, pp. 501-503.
- Ang, I., Isar, Y. & Mar, P. (2015). Cultural diplomacy: beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, 21:4, pp. 365-381.
- Camões, I.P. (2014). Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. Acedido a 28 outubro de 2018, in <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/concestratg1420.pdf>
- Carvalho, C. (2018). Africa and Portugal. In Nagar, D., & Mutasa, C. (Eds.), *Africa and the World: Bilateral and Multilateral International Diplomacy*, pp. 143-165. London: Palgrave Macmillan.
- Chabal, P. (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press.
- Clarke, D. (2016). Theorising the role of cultural products in cultural diplomacy from a Cultural Studies perspective. *International Journal of Cultural Policy*, 22, 2, pp. 147-163.
- Costa, A. B. (2013). Cooperação, Ensino Superior e Desenvolvimento: Portugal e os PALOP. In Barreto, A. & Bénard da Costa, A. (Eds.), *II COOPEDU – África e o Mundo*, pp. 168-181. Lisboa: CEI-IUL e ESECS-IPL.
- Costa, A. B. & Faria, M. L. (Eds.) (2012). *Formação superior e desenvolvimento. Estudantes universitários africanos em Portugal*. Lisboa: Almedina.
- Correia, A. (2011). A Cooperação Portuguesa e a Educação. In Barreto, A. & Bénard da Costa, A. (Eds.), *I COOPEDU – Cooperação na Área da Educação (Livro de Atas)*, pp. 15-39. Lisboa: CEA e ESECS-IPL.
- Ennes Ferreira, M. & Almas, R. (1998). *Comunidade Económica ou Parceria para o Desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP*. CEsA Working Paper, 44. Lisboa: CEsA.
- Faria, R. (2012). *O desenvolvimento do setor educativo africano como prioridade da APD Portuguesa (1998-2011)*. CEsA Working Paper, 111. Lisboa: CEsA.
- Ferreira, P. M. (2012). *Entre o saber e o fazer: A educação na cooperação portuguesa para o desenvolvimento*. Campanha Global pela Educação (CGE). Lisboa: Fundação Gonçalo da Silveira.
- Ferreira, P. M., Faria, F., Cardoso, F. J. (2016). *O papel de Portugal na arquitectura global do desenvolvimento: opções para o futuro da Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IMVF.
- Governo de Portugal (2005). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. DR, 1ª série B, nº 244 de 22 de Dezembro de 2005.
- Griffiths T. G. & Cardona, E. C. (2015). Education for Social Transformation: Soviet University Education Aid in the Cold War Capitalist World-System. *European Education*, 47: 226-241.
- Holden, J., (2013). *Influence and attraction: culture and the race for soft power in the 21st century*. London: British Council.
- IPAD (2010). *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação*. Lisboa: IPAD.

- IPAD/Augusto Mateus e Associados. (2006). Avaliação da política de bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003). Acedido a 28 outubro de 2018, in http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/bolsas_rel-final.pdf.
- King, K. (2013). *China's Aid and Soft Power in Africa: The Case of Education and Training*. Rochester, NY: James Currey.
- Leylavergne, J. & Parra, A. (2009). La Cooperacion: ¿un Instrumento de Refuerzo del Soft Power? *AGO.USB*, 9,1, pp. 183-209. Colombia: Medellín.
- Nye, J. (1990). Soft power. *Foreign Policy*, 80, pp. 153-171.
- Nye, J. (2004). *Soft power. The means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Oliveira, R. S. de (2009). A África desde o fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais*, 24, 93-114.
- Peterson, P. M. (2014). Diplomacy and Education: A Changing Global Landscape. *International Higher Education*, 75, pp 2-5.
- Raimundo, A. (2014). Mapping the Agency of a Small, Former Colonial Power: Portugal and EU Political Conditionality in Sub-Saharan Africa, *Perspectives on European Politics and Society*, 15, 4, pp. 589-605.
- Rodrigues, L. N. (2017). Establishing a 'Cultural Base'? The Creation of the Fulbright Program in Portugal. *The International History Review*, 40, 3, pp. 683-697.
- Sá, T. M. de & Jardim, E. B. (2015). "O sexo dos anjos" e a política externa portuguesa. Público. Retrieved from <http://www.publico.pt/portugal/noticia/o-sexo-dos-anjos-e-a-politica-externa-portuguesa-1705180>
- Santos, P. M. (2009). Portugal e a NATO a política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968). *Relações Internacionais*, 21, pp. 45-60.
- Teixeira, N. S. (2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, 28, pp. 51-60.
- Vines, A. (2012). Portugal, the EU and Africa. In Adebajo, A. & Whiteman, K. (Eds.), *The EU and Africa: from Eurafrique to Afro-Europa* (pp. 365-385). London: Hurst.
- Wojciuk, A., Maciej, M. & Stormowska, M. (2015). Education as a source and tool of soft power in international relations. *European Political Science*, 14, 3, pp. 1-20.